

**EXCLUSÃO DA POPULAÇÃO ITINERANTE NO FPM: IMPACTOS E EVIDÊNCIAS
MUNICIPAIS A PARTIR DO CASO DE CAPANEMA-PA**

LEONARDO ARAUJO
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

DIANA VAZ DE LIMA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

Introdução

O cálculo do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem como base a população fixa residente, desconsiderando a população itinerante. Esse descompasso compromete o repasse adequado de recursos, especialmente em cidades-polo como Capanema-PA, que absorvem elevada demanda de serviços públicos por pessoas não residentes.

Problema de Pesquisa e Objetivo

a presente pesquisa parte da seguinte indagação: de que forma a ausência da contagem da população itinerante no Censo Demográfico impacta o cálculo do FPM nos municípios brasileiros que apresentam essa condição?

Portanto, o objetivo do estudo é evidenciar como a não contabilização da população itinerante compromete a equidade distributiva do FPM, gerando perdas significativas a municípios que concentram fluxos sazonais ou permanentes de população flutuante. Para tanto, realiza-se um estudo de caso no município de Capanema, no estado do Pará, que possui população residente de 70.394 habitantes

Fundamentação Teórica

A literatura aponta que a utilização exclusiva do critério populacional ignora desigualdades estruturais e regionais (Castro e Lima, 2017; Mendes et al., 2008). A ausência de variáveis como o Índice de Desenvolvimento Humano e o fluxo de usuários dos serviços públicos compromete a efetividade redistributiva do FPM.

Metodologia

Utilizou-se estudo de caso com abordagem qualitativa, análise documental e levantamento de dados primários obtidos por meio de ofício junto à UPA de Capanema. Os dados foram comparados com informações do Censo 2022 e com os critérios oficiais de repartição de receitas.

Análise dos Resultados

Capanema apresentou média mensal de 6.630 atendimentos médicos em 2023. A cidade não alcançou o número mínimo de habitantes para mudança de coeficiente no FPM, embora registre grande fluxo de pessoas que usam seus serviços, como estudantes e pacientes de cidades vizinhas.

Conclusão

A atual estrutura de cálculo do FPM, ao desconsiderar a população itinerante, compromete a justiça na alocação de recursos. Municípios-polo sofrem sobrecarga sem a devida compensação financeira, o que evidencia a urgência de rever os critérios de repasse.

Contribuição / Impacto

Este estudo contribui para o debate sobre federalismo fiscal, propondo a inclusão de indicadores de fluxo populacional e demanda efetiva por serviços no cálculo do FPM. Tais mudanças favoreceriam uma distribuição mais equitativa e realista dos recursos públicos.

Referências Bibliográficas

- DE OLIVEIRA MASSARDI, W.; ABRANTES, L. A. Dependência dos municípios mineiros em relação ao Fundo de Participação dos Municípios. *Gestão e Sociedade*, v. 10, n. 27, p. 1416, 2016.
- DE PAIVA RIBEIRO, C. P. et al. Transferências constitucionais no Brasil: um estudo bibliográfico sobre o FPM - Fundo de Participação dos Municípios. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, v. 16, n. 39, p. 44-65, 2019.
- DE SOUZA GUERREIRO, R. L.; MONASTERIO, L. Pesos regionais: uma proposta para a repartição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, v. 12, n. 3, p.